

OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL: A DEFESA DO CONSUMIDOR E DO MEIO AMBIENTE À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Alex Humboldt de Souza Ramos¹, Yanko Marcus de Alencar Xavier²

Bolsista PRH-ANP 36, alex_hsr@hotmail.com, ¹Departamento de Direito Público, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

R E S U M O

MOTIVAÇÃO: A Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo) é a legislação que dispõe acerca da Política Energética Nacional. Dentre outros, esta possui como princípios e objetivos a promoção do desenvolvimento, bem como a proteção dos interesses do consumidor e do meio ambiente. De plano, verifica-se que há a presença de interesses diversos ou até mesmo contrapostos em torno da temática energia. De um lado, o desenvolvimento econômico, em que se busca o lucro a qualquer preço. Em contrapartida, a preocupação com os direitos do consumidor e do meio ambiente, classificados como de terceira dimensão. O principal desafio a ser enfrentado no presente estudo é o encontro do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico-social e a proteção do consumidor e do meio ambiente, fato que tem forte conexão com a ideia de desenvolvimento sustentável, fenômeno também a ser estudado.

OBJETIVO: Em face do exposto, o presente trabalho tem por escopo principal o aprofundamento acerca do estudo dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional, o qual será realizado sob a ótica dos Princípios Constitucionais da Defesa do Meio Ambiente e do Consumidor, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 trata-se da norma jurídica de maior hierarquia do ordenamento jurídico brasileiro.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: O estudo acerca dos mencionados princípios contribui para a indústria do petróleo, uma vez que o aprofundamento no tema visa encontrar soluções, bem como alternativas para a questão da energia, principalmente no tocante às fontes renováveis e menos poluidoras, visto que estas indubitavelmente trazem benefícios sociais, econômicos e ambientais, pois se tratam da materialização do desenvolvimento sustentável, o qual consagra o avanço da economia conjuntamente com a defesa do meio ambiente e do consumidor.

RESULTADOS OBTIDOS: Tendo em vista a elaboração de pesquisa aprofundada acerca da problemática supramencionada, vislumbra-se como resultados algumas soluções e medidas pelas quais se alcance a alta produção de energia com a simultânea defesa do meio ambiente e do consumidor, respeitando assim, os parâmetros constitucionais econômicos, sociais e ambientais estabelecidos pela Lei Maior.